

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS – UNIEVANGÉLICA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

MARCIONE RIBEIRO SILVA MENDONÇA

FATORES PSICOSSOCIAIS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA

ANÁPOLIS

2019

MARCIONE RIBEIRO SILVA MENDONÇA

FATORES PSICOSSOCIAIS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Bacharelado em Psicologia do Centro Universitário de Anápolis-UniEVANGÉLICA como requisito ao título de graduação em Psicologia.

Orientador(a): Prof.^a. Dr.^a. Margareth Regina Gomes Veríssimo de Faria

ANÁPOLIS

2019

MARCIONE RIBEIRO SILVA MENDONÇA

FATORES PSICOSSOCIAIS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Bacharelado em Psicologia do Centro Universitário de Anápolis – UniEVANGÉLICA como requisito ao título de graduação em Psicologia.

Orientador (a): Prof.^a Dr.^a Margareth Regina Gomes Veríssimo de Faria.

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a

Margareth Regina Gomes Veríssimo de Faria

Professora - orientadora – Presidente da Banca

Centro Universitário de Anápolis – UniEVANGÉLICA

Prof.^a Ms.

Adrielle Beze Peixoto

Professora – convidada

Centro Universitário de Anápolis – UniEVANGÉLICA

Prof.^a Ms.

Tatiana Valéria Emídio Moreira Roza

Professora- convidada

Centro Universitário de Anápolis – UniEVANGÉLICA

Anápolis, 25 de junho de 2019.

Este estudo é dedicado a todas as mulheres que enfrentam o desafio de viver em situação de rua e experienciam, diariamente, a dor da solidão, do abandono e da exclusão.

“Quanto menos se conhece alguém, mais corremos o risco de construir a sua imagem de maneira distorcida, aumentando-a ou diminuindo-a”.

Carl Jung

RESUMO

Percebe-se que o número de mulheres vivendo em situação de rua é crescente; o que gera indagações acerca dos aspectos que corroboram para essa mudança no quadro social. Este estudo interessa-se pela compreensão dos fatores psicossociais relacionados ao fenômeno: “mulheres em situação de rua”. Considerando tais condições desfavoráveis à sobrevivência humana, “viver na rua” pode ser um processo ainda mais desafiador para o público feminino, uma vez que este enfrenta situações relacionadas à própria condição de gênero, como menstruar, ficar grávida, cuidados com filhos e maior fragilidade física, fator que aumenta a vulnerabilidade para sofrimento de agressões físicas e violência sexual. O papel da mulher na sociedade é historicamente marcado por diversos desafios, dentre estes, a luta por conquista de espaço, reconhecimento de direitos e igualdade de gênero, principalmente nos contextos social e profissional. Os resultados apontam que essas mulheres, sobretudo, experienciaram violência doméstica, praticada principalmente por homens, em alguma fase da vida. A pesquisa apoiou-se em revisão bibliográfica nos campos das Ciências Sociais, Ciências Humanas e Ciências da Saúde, com publicações datadas entre os anos de 2015 a 2019, nas bases de dados dos periódicos científicos: BDTD, CAPES e Google Acadêmico, com os descritores “Mulheres em situação de rua”.

Palavras-Chave: mulheres, fatores psicossociais, situação de rua, violência.

ABSTRACT

It is recognized that the number of women living in street situation is increasing; which brings up inquiries about the aspects that corroborate for this change in society. This study aims to understand the psychosocial factors related to the phenomenon: "women living in street situation". Considering such conditions unfavorable to human survival, "living on the street" can be an even more challenging process for the female public, since it faces situations related to gender condition itself, such as menstruation, pregnancy, child care and greater physical fragility, a factor that increases vulnerability to suffering from physical aggression and sexual violence. The role of women in society has historically been marked by several challenges. Among them, it is possible to point out the struggle for space, recognition of rights and gender equality, especially in social and professional contexts. The results indicate that these women, especially, experienced domestic violence, practiced mainly by men, in some stage of life. The research was supported by a bibliographic review in the fields of Social Sciences, Human Sciences and Health Sciences, with publications dated from 2015 to 2019, in the databases of scientific journals: BDTD, CAPES and Google Scholar, with the descriptors "Women in street situation".

Key words: women, psychosocial factors, street situation, violence.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Descrição dos artigos selecionados.....	23
Tabela 2 - Descrição do perfil da amostra.....	25

LISTA DE SIGLAS

AIDS	Acquired immunodeficiency syndrome
CR	Consultório de Rua
CRP-MG	Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais
DENEN	Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
MDH	Ministério do Desenvolvimento Humano
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PNPR	Política Nacional para em Situação de Rua
PSR	População em Situação de Rua
SNC	Secretaria Nacional de Cidadania
SPA	Substâncias Psicoativas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	13
2.1 Conceito e Definição do Termo “Situação de Rua”	13
2.2 Políticas de Abordagem à Saúde da PSR Através do CR.....	16
3 A TRAJETÓRIA DA MULHER NA SOCIEDADE.....	17
4 A MULHER EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL.....	19
5 MÉTODOLOGIA.....	21
6 RESULTADOS	22
7 DISCUSSÃO	28
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS	32

1 INTRODUÇÃO

A expressão “situação de rua” é empregada para denominar uma variedade de indivíduos que fazem vida no espaço das ruas, habitações improvisadas e instituições de acolhimento para pernoite. O termo “população em situação de rua” (PSR) foi designado pelo Decreto nº 7.503, de 23 de dezembro de 2009, Parágrafo único, ao desenvolver a Política Nacional Para População em Situação de Rua (PNPR) para o reconhecimento da PSR. Tal política, prevê auxílio dos governos federal, estaduais e municipais, assistida pelo Ministério do Desenvolvimento Humano (MDH), através da Secretaria Nacional de Cidadania (SNC), que visa promover a garantia dos direitos e da dignidade da PSR (Brasil, 2012).

A publicação: “População em Situação de Rua” do Ministério do Desenvolvimento Humano (MDH, 2010), diz que essa população, em sua maioria, possui em comum características tais como: “[...] pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente [...]” (p. 8).

O levantamento realizado pelo MDS (Ministério do Desenvolvimento Social) entre 2007 e 2008, em 71 municípios brasileiros com população acima de 300.00 habitantes, publicado pela Coordenação Geral dos Direitos da População de Rua (2013), constatou que o perfil da PSR composto por 49.081 sujeitos, possui as seguintes características: 82% são do sexo masculino; 53% possuem faixa etária entre 25 e 44 anos; 67% são negros; 70,9% exercem atividades remuneradas; 15,7% pedem dinheiro como meio de sobrevivência; 52% recebe entre 20,00 e 80,00 reais semanais. Dos entrevistados: 74% sabem ler e escrever; 17,1% não sabem escrever e 8,3% apenas assinam o próprio nome. Dentre estes, 48,4% vivem há mais de 2 anos em situação de rua; 24,8% não possuem nenhum tipo de documento de identificação; 61,6% não exercem cidadania elementar – o voto; 51,9% possuem algum parente residente na cidade em que se encontra; 38,9% não mantêm contato com familiares e 85% não recebem qualquer benefício governamental. Dos que recebem algum tipo de benefício: 3,2% aposentadoria; 2,3% programa bolsa família e 1,3% benefício de prestação continuada.

Percebe-se que o espaço das ruas é predominante masculino, e permeado por dificuldades diversas. Diante desse quadro, cabe a seguinte indagação: quais fatores psicossociais influenciam as mulheres pela busca e permanência das nas ruas?

Dentre os grandes desafios globais, considera-se destacar o aumento de pessoas que fazem vida nos logradouros públicos. A PSR é um fenômeno que pode ser observado no mundo todo, desde países subdesenvolvidos até os mais desenvolvidos. No Brasil, esse tema começou a ganhar destaque a partir da Constituição Federal de 1988, na qual inclui nos serviços públicos, as emergentes necessidades dessa população (CRP-MG, 2015).

A Agência Brasil (2017) chamou a atenção para o crescimento da PSR em 150% apenas no estado do Rio de Janeiro, porém, esse acréscimo não é observado apenas no referido estado, mas também em diversas grandes cidades brasileiras. Embora seja um dos fatores causais, a permanência nas ruas não está associada unicamente a ausência de moradia convencional, mas sim, a uma associação de fatores que desencadeiam essa condição.

O Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, apontou que em uma amostra de 22.669 sujeitos em condição de rua, 18% são do sexo feminino, expressado em 4.964 sujeitas (Sumário Executivo, 2009). De acordo com a Coordenação-Geral dos Direitos da População em Situação de Rua (2013), os principais motivos pelos quais as pessoas estão em situação de rua, são: alcoolismo/drogas; desemprego; problemas familiares; perda da moradia e separação/ decepção amorosa.

Além de todo o obstáculo que a PSR enfrenta para a sobrevivência, a mulher ainda precisa lidar com fatores relativos à própria condição de gênero, relacionada ao corpo e, em casos não incomuns, a atenção aos filhos. Segundo a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, realizada pelo MDS (2009), 20% das mulheres entrevistadas afirmaram possuir filhos menores de idade, enquanto o número de homens que tem essa responsabilidade é de apenas 4,3%.

Conforme o parecer do Conselho dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU, 2015a), a condição de rua é um fator mundial e necessita de medidas de urgência e segue: “Ao mesmo tempo, a situação de rua é uma experiência individual de alguns dos membros mais vulneráveis da sociedade, caracterizada pelo abandono, desespero, baixa autoestima e negação da dignidade, consequências graves para a saúde e para a vida” (p. 2).

No Brasil, mais de 100.000 mil pessoas vivem em situação de rua, no entanto, não há precisão quanto o número, o que afeta no desenvolvimento de ações governamentais direcionadas para esta comunidade, (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2016). Sendo assim, torna-se fundamental o desenvolvimento de pesquisas voltadas para esse tema, visando contribuir para a compreensão desse fenômeno, e para a implementação de políticas públicas com efetivação de cuidados multidisciplinar, direcionados para essa minoria.

Ferreira (2005) afirma ser necessário a realização de estudos direcionados para a população em situação de rua, uma vez que no Brasil falta mais conhecimento acerca dessa condição. Desse modo, esse estudo tem como objetivo, através de pesquisas bibliográficas, compreender a vivência da população feminina em contexto de rua, dentro de uma visão psicossocial, que caracteriza esta condição, incluindo a relevância desse conhecimento para a atuação da Psicologia Social, dentro de uma perspectiva sociocultural acerca do papel da mulher na modernidade.

No Brasil, a PSR é vista socialmente como pessoas insurgentes, mendicantes, criminosas, desqualificadas, com atribuições pejorativas voltadas para a compreensão de malandragem. Enquanto disciplina, com trabalhos direcionados para a população, a Psicologia Social visa a construção de uma sociedade mais igualitária, buscando promover, juntamente com a comunidade, o bem-estar social (Lane & Bock, 2003).

Embora o número de mulheres em situação de rua seja menos expressivo, quando comparado ao número de homens nesta mesma condição, ser do sexo feminino pode implicar maior desafio para esse grupo, relevando não somente a vulnerabilidade física, como também questões sócio-históricas de exclusão e subjugação da mulher.

O crescente aumento do número de mulheres vivendo nas ruas pode ter como fator contribuinte a mudança do comportamento feminino, que com muita luta por reconhecimento, vem ganhando espaço ao longo da história. Magalhães (1980) diz que: “Todas as Declarações do Séc. 18 e as subseqüentes adotaram o princípio da igualdade perante a Lei e, nesta época, começam a surgir os movimentos propondo a igualdade também da mulher em relação ao homem [...]” (p. 127).

Culturalmente, a mulher é cobrada a emitir um comportamento esperado dentro de um padrão social consideravelmente aceito. Magalhães (1980) aponta que desde a antiguidade, a mulher ocupa um espaço subordinado, ou mesmo suplementar ao homem. A posição social da mulher na Idade Média, se tornara ainda pior do que em algumas culturas antigas. De acordo com Magalhães (1980), nesse período, houve um

acordo entre os teólogos, para chegar à conclusão de que a mulher seria ou não possuidora de alma, ou seja, se estaria classificada como um ser superior aos animais.

O Relatório da Relatora Especial sobre moradia adequada como componente do direito a um padrão de vida adequado e sobre o direito a não discriminação neste contexto, publicado pelo Conselho de Direitos Humanos (ONU, 2015b), diz que “As leis, as políticas, as práticas comerciais e as histórias dos meios de comunicação passam uma imagem das pessoas em situação de rua e as tratam como pessoas moralmente inferiores, que não merecem assistência e autoras de sua própria desgraça [...]” (p. 6). Percebe-se a necessidade de desmistificação do entendimento social relacionado a PSR, que é rotulada como sujeitos que oferecem risco a comunidade e sendo assim, devem ser tratados com medidas higienistas.

2 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

2.1 Conceito e Definição do Termo “Situação de Rua”

“População em situação de rua” (PSR) é um termo designado a partir do Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, Parágrafo único:

Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

Alguns autores apontam críticas quanto a essas definições apresentadas pelo Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, ressaltando que não se pode atribuir determinados aspectos como fatores causais da vida em situação de rua, como por exemplo, a ausência de moradia fixa ou regular e/ou até mesmo relações familiares fragilizadas.

Santos (2014) avalia que: “não é possível afirmar que todas as pessoas que vivem nas ruas o fazem por não terem uma habitação” (p. 24). A autora alerta para o risco de tais afirmações levar a exclusão do alvo de ação por parte do governo, para os indivíduos que não têm expectativa de regressar ao modo de vida no convívio familiar e em moradia regular, ou até mesmo de propagar estigmas de que toda a PSR faça parte dos mesmos enquadramentos, dificultando a essa população seu direito de se expressar e de buscar outras alternativas de moradias.

A ausência de consenso para a delimitação do fenômeno “situação de rua”, torna-se obstáculo para o desenvolvimento de políticas precisas, sendo que para isso, antes é necessário reconhecer as demandas específicas de cada comunidade, para que seja possível elaborar medidas de ação (Santos, 2014). Para Aristides e Lima (2009), não se deve homogeneizar os indivíduos que vivem em contexto de rua, impondo regras morais e buscando retirá-los das ruas.

Matias (2011, citado por Ataides, 2018) ressalta a importância de implementação de políticas públicas efetivas voltadas para os fatores de riscos que envolvem a PSR, e que se conheça as causas deste grupo buscar a rua para morar, considerando que essa população sofre com a falta de assistência pública eficaz.

A criação de políticas públicas voltadas para a PSR surgiu para atender perspectivas de inclusão social na década de 2000, fazendo com que o estado adotasse novo olhar para essa população, que até então, era tratada pelo sistema através de controle e repressão. O auge desse processo foi a formulação de políticas para a PSR, em dezembro de 2009, com a atuação do Consultório na Rua e do Centro Pop, (Barbosa, 2018).

Atender, de modo efetivo, de acordo com a Constituição Federal, as demandas sociais, representa um grande desafio, principalmente com relação a PSR, que comumente não porta documentos, não tem endereço fixo e possui laços sociofamiliares fragilizados. Por vezes, a ideia de políticas públicas é compreendida como medidas de institucionalização mediante a ações de caráter higienistas. Estas medidas dispõem de poucas possibilidades de desenvolvimento da autonomia para os sujeitos em situação de rua. Apesar de as políticas públicas direcionadas para a PSR serem relativamente novas, o posicionamento de impotência do estado em gerir o problema da pop rua, comprova o desamparo do indivíduo diante da situação em que se encontra (Brasil, 2012).

Para o desenvolvimento bem-sucedido do trabalho do Consultório na Rua e do Centro Pop, essas políticas necessitam do apoio das prefeituras municipais, que no caso, muitas se recusaram a implementar esse sistema de apoio a PSR. Estas propostas têm por objetivo promover a PSR o desenvolvimento da cidadania e garantir seu alcance aos serviços públicos (Barbosa, 2018).

Avaliar de forma crítica a respeito de como os grupos sociais estão sendo identificados, torna-se fundamental para a obtenção de conhecimento (Santos, 2014). A presença de pessoas utilizando as dependências das ruas como morada, seja de modo

transitório ou por tempo indeterminado, é um fator que pode ser observado ao longo da história e, para melhor compreensão desse processo, deve-se avaliar o contexto psicossocial que envolve a relação entre o indivíduo – e viver na rua. Pessoas vivendo nessas condições não representam apenas um retrato da sociedade atual, mas indica um entrelace sócio-histórico dentro dessa compreensão.

Na Idade Média, os sujeitos que moravam nas ruas eram ligeiramente subjugados como “mendigos” e “marginais”, por não se ajustarem aos comportamentos socialmente aceitáveis as normas de civilidade (Santos, 2014). Um dos acontecimentos relacionado a busca e permanência da vivência em situação de rua, pode ser atribuído ao decaimento do sistema feudal. Com o crescimento da urbanização através do fortalecimento do capitalismo, os trabalhadores se viram obrigados a buscar meio de sobrevivência nas indústrias, que não dispunham de trabalho, moradia e alimentação para todos, e muitos se depararam, como única alternativa, viver nas ruas (Bursztyn, 2003).

Com o surgimento da urbanização, elevou-se a indispensabilidade de reestruturação das dependências comunitárias e particulares, dando lugar a uma organização sanitarista e higienista. Ocasinou-se intenso movimento político voltado para a rua, no sentido de implementações de normas apontadas para a melhoria da saúde, educação e trabalhos direcionados as regras civilizatórias. Sendo assim, os indivíduos que se opunham à desocupação da rua, identificando nesse contexto, seu espaço de habitação, passaram a ser percebidos como uma desordem pública (Machado, 2016).

A subjetividade de cada indivíduo perpassa por sua composição social, tendo como moldura a família, a sociedade e outros sistemas que englobam toda a sua trajetória de vida. Sentimentos, comportamentos e pensamentos não são aspectos originados unicamente da psique, mas sim, formatados através de interações sócio-históricas (Reishoffer & Bicalho, 2009 citados por Machado, 2016).

Pode-se compreender os processos de estruturação da subjetividade engendrados em aspectos biopsicossociais e não somente psíquicos. Machado (2016) diz que: “Dessa forma, entende-se que o sujeito não é pensado enquanto algo pronto, acabado, encarcerado em si mesmo, mas sujeito em processo, algo que se constrói a todo o momento [...]” (p. 10).

Percebe-se dificuldade na delimitação do que se compreende por PSR, pois inclui nesse grupo, pessoa em estado de migração, coletores de recicláveis, ambulantes, profissionais do sexo, sem-teto, andarilhos e outros (Schuch & Gehlen, 2012).

A situação de rua aponta para necessidade de intervenções mais diversificadas do que se dispões na atualidade (Santos, 2014). A rua oferece atribuições variadas em conformidade com a demanda de cada indivíduo, podendo servir para abrigar quem ocasionalmente se utiliza dela para essa finalidade, como também para os que não encontram meios de se abstrair desse contexto de marginalização social, e faz desse local, seu ambiente de morada (Machado, 2016).

Torna-se fundamental destacar os assuntos referentes à fragilidade social da população em situação de rua, visando o desenvolvimento de autonomia enquanto agente de direitos, respeitando sua liberdade e conciliando as intervenções da Psicologia às ações políticas em saúde (Machado, 2016).

2.2 Políticas de Abordagem à Saúde da PSR Através do Consultório na Rua

O Consultório na Rua (CR) teve início no Brasil quando o sociólogo Antônio Nery Filho se inspirou, ao conhecer a ONG “Médicos do Mundo” na França, que é formatada por uma equipe multiprofissional que conta com médico, psicólogo, psiquiatra, pedagogo e assistente social, que atendem pessoas em situação de risco que vivem nas ruas (Jorge & Mendonça, 2012).

A implantação dos atendimentos de saúde direcionados à população em situação de rua na atuação da atenção básica, evidencia uma expansão no sentido de efetuar os direitos à saúde deste público. As equipes do Consultório na Rua foram formadas em 2011 por meio da Política Nacional de Atenção Básica, regulamentada através da Portaria nº 122, de 25 de janeiro de 2011, do Ministério da Saúde, que utiliza normas de sistematização e atividades destas equipes (Brasil, 2012).

As modalidades que compõem a formação da equipe do CR, estão definidas em três categorias: modalidade I – que conta com quatro profissionais, sendo dois do nível superior e mais dois de nível médio; Modalidade II – seis profissionais: três nível superior e três nível médio. E modalidade III - composta com os mesmos profissionais da modalidade II e mais a especialidade médica.

Em pesquisa, o Ministério da Saúde (2014) aponta as principais dificuldades encontradas para a atuação do CR frente a população alvo, são eles:

- Baixa autoestima;
- Alimentação inadequada;
- Sintomas imperceptíveis;

- Uso de álcool e outras drogas;
- Transtornos mentais;
- Dinâmica da rua, que não contribui para que os remédios sejam tomados com regularidade;
- Roubo dos pertences individuais e/ou seu recolhimento pelos órgãos públicos – entre eles, os medicamentos sobre o cuidado do doente;
- Regras rígidas estabelecidas pelos serviços de saúde;
- Não disponibilidade de atendimento quando apresentam efeitos colaterais.

O psicólogo que atua frente a essa ação, deve ter um posicionamento flexível diante das demandas apresentadas pela PSR, sendo a sua atuação para além do consultório terapêutico, fazendo, muitas vezes, do espaço na rua, seu principal *setting* de atendimento, disponibilizando de uma observação detalhada, através de uma postura diferenciada, que requer mais do que apenas ouvir o que é dito, mas também, de compreender que o silêncio também diz algo (CRP-MG, 2015).

3 A TRAJETÓRIA DA MULHER NA SOCIEDADE

Durante séculos, as mulheres não puderam fazer parte de sistemas políticos, sociais e econômicos. Não tinham direito sequer, a escolher com quem iriam se casar, pois decisões consideradas importantes, cabiam unicamente aos homens, que por direito, eram detentores de tais decisões (Silva e col. 2005). Pensar o papel da mulher na sociedade, faz-se necessário compreender historicamente todo o processo inserido em questões socioculturais advindas de ideias fundamentadas no sistema religioso e político-social.

O modo como a representatividade social da mulher é percebido, a coloca em desafio constante desde a Antiguidade. De acordo com Barsted e Pitanguy (2011), “O critério de sexo tem sido fundamental para demarcar a menos valia das mulheres, traçando, ao longo dos séculos, um caminho de menor titularidade” (p. 24).

Não havia reconhecimento do sexo feminino até o século XVII, pois a mulher era compreendida apenas como um homem invertido, sendo assim, menos qualificada a nível desenvolvimental, e no século XIX, a mulher passaria a ser reconhecida como sendo uma espécie de homem inverso (Silva, Santos, Teixeira, Alves, Lustosa, Couto & Pagotto, 2005).

No período mediéxico, posterior ao estabelecimento da norma convencional grega, a mulher perde o direito de atuar livremente na diretriz do seu próprio lar, para ser subserviente; dando origem a ideia de domínio e exclusão da mulher (Cesaro & Schons, 2019). No Brasil colonial, a Igreja estava incumbida de realizar a castração sexual da mulher, mediante ao entendimento de que a figura masculina seria superior e, no entanto, exerceria o domínio, uma vez que a mulher era apontada como causa do pecado original, necessitando ser vigiada em toda a sua trajetória de vida (Silva e col. 2005).

Muitas das conquistas da mulher na sociedade brasileira ainda são recentes e marcadas por grandes desafios. Na década 1880 a mulher passou a ter o direito de cursar o ensino superior no país, mas somente a partir de 1932, teve direito a exercer sua cidadania através do voto, no entanto, a igualdade entre homens e mulheres só foi consolidada na Carta das Nações Unidas no ano de 1945, mas, foi mediante a Constituição de 1988 que isso ocorreu no país (DENEM, 2017).

Ao longo da história, o papel social da mulher vem passando por diversos momentos marcantes, que envolvem lutas e grandes obstáculos, principalmente no sentido de busca por liberdade e reconhecimento de valor. Sabe-se que, existe na cultura o predomínio do machismo, e este coloca a mulher em situação inferior ao homem, no âmbito profissional, político-econômico-social, e até mesmo nas relações intrafamiliares.

Com a demanda de maior especialização profissional no mercado de trabalho, a mulher vem se destacando nesse cenário, buscando mais capacitação e se aprimorando na busca por objetivos relacionados a carreira (Martini & Souza, 2015).

Apesar de ocupar cargos outrora representados apenas pela figura masculina, no ambiente de trabalho, a mulher ainda recebe salário inferior ao do homem, mesmo executando as mesmas funções. No ano de 1951 foi instituída pela OIT (Organização Internacional do Trabalho), a igualdade salarial para o mesmo cargo ocupado por homens e mulheres, entretanto, no Brasil essa regulamentação não foi consolidada integralmente (DENEM, 2017).

Com relação a autonomia da mulher, apenas em 1962 o Brasil aprovou o Estatuto da Mulher Casada, assegurando seu direito de ter emprego, receber herança e lutar pela guarda dos filhos, mediante ao divórcio, sem que houvesse a necessidade de aprovação do marido (DENEM, 2017).

Se ao longo do processo de identificação social atribuído à mulher, esta, por vezes, durante séculos, não teve espaço e nem voz; na atualidade ainda enfrenta gigantes desafios em contextos diversos, realizando atividades múltiplas, que se dividem em papéis de mãe, esposa, dona de casa e outros, que em muitas situações, precisam ser conciliados com o trabalho fora do lar.

O espaço que a mulher vem conquistando no decorrer da história, seja no campo profissional, social ou pessoal, tem sido através de batalhas, muitas vezes marcadas por movimentos em pró de uma sociedade mais igualitária e de oportunidades para todos. Nesse contexto, pode-se destacar o emblemático “08 de março”, que é uma data mundialmente reconhecida e sinalizada pela união feminina.

A história da mulher na sociedade não é marcada apenas pela opressão, mas também pela força transformadora que recusou a calar-se diante da exclusão e subjugação do que realmente significa ser mulher; transformando vidas e encorajando mulheres de todas as etnias, classes sociais e credos, por toda parte do mundo.

4 A MULHER EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL

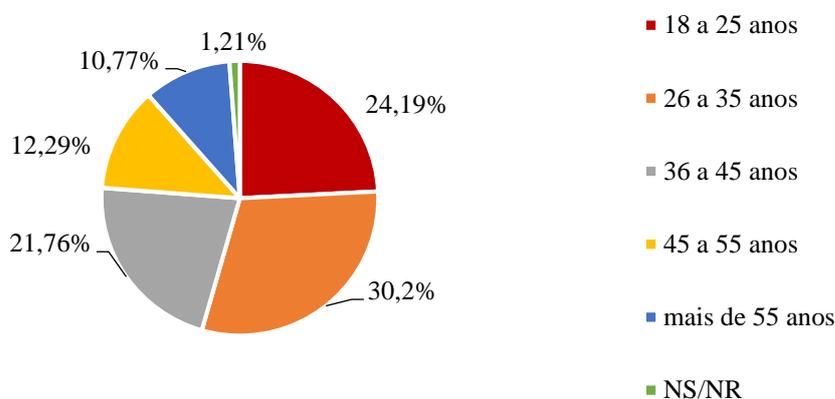
Na condição de rua, a mulher é vista como “falha moral”, compreendida como um ser distante do ideal de valores femininos socialmente esperados. Essa exclusão dificulta ainda mais o desenvolvimento da autonomia por parte dessa população.

O afastamento da conduta socialmente aceitável da mulher em situação de rua a faz ser vista pela sociedade como transgressora do comportamento feminino. Sobre essa situação, a Direção Executiva Nacional do Estudantes de Medicina – DENEN (2017) diz que: "Enquanto sempre foi destinado à mulher o espaço privado da casa, o comportamento “belo, recatado e do lar”, essas mulheres, essencialmente, recusam essa identidade e vão assumir e ocupar o espaço da rua, tradicionalmente masculino” (p. 71).

O domínio da presença masculina nesse contexto não ocorre aleatoriamente. Viver na rua é ainda mais desafiador para a mulher do que para o homem. Considerada frágil, a mulher nessa condição predominantemente masculinizada, torna-se mais vulnerável a situação de violência, principalmente sexual, tendo muitas vezes que se "travesti" para se proteger desse tipo de ataque (Brasil, 2008). Além das dificuldades apresentadas, a mulher também precisa lidar com situações relacionadas a própria natureza, como menstruar, ficar grávida e cuidar dos filhos.

O Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua (2008), traçou o perfil de faixa etária das “moradoras de rua”, dentro uma amostra populacional de 22.669 pessoas, sendo que destes, 4.964 representam mulheres. De acordo com a pesquisa, 24% possui idade entre 18 e 25 anos; 30,20% 26 a 35 anos; 12,29% 46 a 55 anos; 10,27% mais de 55 anos e 1,21% NS/NR. Demonstração do perfil por faixa etária das mulheres em situação de rua no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Faixa etária de mulheres em situação de rua.



Fonte: I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua – 2007/2008

Outro dado expressivo desta pesquisa é a passagem dessas mulheres por prisões e instituições para tratamento de saúde mental. O total de 21,4% declarou que já ingressaram em hospital psiquiátrico (enquanto homens 15,9%) e 20,5% em clínica para adictos (contraposto a 29,5% de homens), (Brasil, 2008).

O relevante número de mulheres que passou por estas instituições pode apontar para os motivos da busca e permanência nas ruas. Diante do questionamento sobre viver nas ruas, 22,26% apontaram para a perda da residência; 21,92% para conflitos no núcleo familiar; 11,68% uso de álcool e outras drogas e 8,8% desemprego (Brasil, 2009).

Os fatores relacionados ao histórico de vida das mulheres em situação de rua compreendem diversos contextos apontados como causas desta condição, porém, percebe-se que, para o entendimento desse fenômeno, é necessário antes compreender as especificidades de cada sujeita, evitando assim, o enquadramento do motivo desencadeador da busca e permanência desse grupo pela vivência nas ruas. Sendo assim,

este estudo prioriza compreender os aspectos psicossociais relativos ao fenômeno “mulheres em situação de rua”.

A Direção Executiva Nacional do Estudantes de Medicina – DENEN (2017) destaca que: “Cada uma que circula pelas ruas diariamente são sobreviventes - substantivo que enfatiza a garra própria dessas mulheres - de tudo que essa sociedade produziu de pior entre machismo, racismo e desigualdade social” (p. 73).

5 METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica, que consiste no método de associação de diversos estudos, que permitem ampliar a capacidade de investigação, quanto a maior diversidade de respostas de um determinado tema, de modo estruturado.

Esta linha de pesquisa, segundo (Lakatos & Marconi, 2010), torna-se de grande importância para delimitar o problema da pesquisa e contribuir para a compreensão da presente situação acerca das competências de determinada temática, como suas falhas e colaborações para progresso do estudo.

Nesse sentido, essa busca prioriza, através de análise, compreender os fatores psicossociais que circundam a população feminina em situação de rua, ressaltando suas particularidades biopsíquicas e vulnerabilidades diante das condições adversas presentes nas ruas.

Para o desenvolvimento deste estudo, foram utilizados os bancos de dados eletrônicos de pesquisas científicas: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Google Acadêmico (scholar.google.com.br/), dentro de uma busca que se estendeu entre agosto de 2018 a abril de 2019.

Pesquisa em bancos de dados eletrônicos

As buscas foram delimitadas a estudos que abordassem especificamente o assunto de interesse da pesquisa, com os descritores: “mulheres em situação de rua”, considerando as publicações nas áreas das Ciências Sociais, Ciências Humanas e Ciências da Saúde.

O levantamento dessas informações inclui exploração a conteúdos que vão desde revisão bibliográfica a pesquisa-ação, envolvendo resultados quanti e qualitativos acerca da vida de mulheres em situação de rua.

Crítérios de inclusão

Os artigos e publicações selecionados deverão ser datados a partir de uma literatura recente (2015 – 2019), referentes a estudos desenvolvidos no Brasil, publicados originalmente em português. A busca tem como base o tema investigado, no qual o público de interesse de pesquisa, deverá ser sexo feminino com histórico de situação de rua.

Crítérios de exclusão

Foram excluídos estudos que se estenderam ao interesse de forma generalizada sobre a população em situação de rua; os específicos sobre idosos em situação de rua, e sobre transgêneros (masculino) em situação de rua. Também foram excluídos artigos que abordam somente a situação das mulheres que se utilizam do espaço da rua de forma temporária, como profissionais do sexo. Excluiu-se os estudos com data inferior a estipulada no critério de busca.

6 RESULTADOS

O método da pesquisa realizado através de buscas nos bancos de dados de periódicos científicos – BDTD, CAPES e Google Acadêmico, com os descritores “Mulheres em situação de rua”, dentro de uma literatura entre os anos de 2015 a 2019, obteve resultado em 18 publicações. Os temas, os resumos, a metodologia e os principais resultados foram examinados de modo a descartar os considerados irrelevantes para esta pesquisa, seja pelo enfoque do estudo, ou por apresentar repetições nos bancos de dados.

Após avaliação, sete publicações foram descartadas, sendo que cinco não atendiam ao critério de busca e dois se repetiam entre as bases de pesquisas: BDTD e CAPES. Permaneceram em 11 artigos, dos quais foram realizada leitura na íntegra, e que resultou em refutação de cinco estudos que não se encaixaram nos objetivos dessa pesquisa, por abordarem temas específicos, como: mulheres profissionais do sexo, população idosa em situação de rua e transexuais masculinos e prostituição.

Após leitura na íntegra de 11 publicações, foram considerados que seis estudos se enquadram nos interesses desta pesquisa, pois abordam de modo relevante o tema analisado. O material encontrado inclui artigos do tipo: pesquisa de campo, pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa. Um fluxograma do processo descritivo de inclusão de artigos é apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 Descrição dos artigos selecionados.

Título/ ano/ Fonte	Autor/ periódico	Objetivos	Amostra	Delineamento/ tipo de documento	Principais Resultados
<p>1. Mulheres no Contexto da Rua: a questão de gênero, uso de drogas e a violência (2016)</p> <p>Fonte:repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/6264</p>	<p>Machado, Mayk Diego da Glória</p> <p>DBTD</p>	<p>Compreender quais os sentidos atribuídos por mulheres usuárias de drogas, que se encontram ou passaram pelas ruas, às suas experiências neste contexto</p>	3 mulheres	<p>Pesquisa de metodologia qualitativa.</p> <p>Dissertação – mestrado</p>	<p>As entrevistadas relataram consecutivas formas de violência sofridas dentro do ambiente familiar, praticadas pelo pai, irmão, ex-marido, ou ainda atual companheiro.</p>
<p>2. Viver em situação de rua: experiência de mulheres que utilizam o albergue para pernoitar (2015)</p> <p>Fonte:Doi: 10.11606/D.7.2017tde-08052017-094246. www.teses.usp.br.</p>	<p>Biscotto, Priscilla Ribeiro</p> <p>BDTD</p>	<p>Compreender a experiência de mulheres que vivem em situação de rua e utilizam o albergue para pernoitar.</p>	10 mulheres	<p>Estudo fundamentado na fenomenologia social de Alfred Shütz</p> <p>Dissertação</p>	<p>A amostra estudada apresenta situações familiares conflituosas, que são indicadores da sua condição de rua. Enfrenta dificuldades com higienização, local para descanso, exposição a riscos de violência, vulnerabilidade para consumo de drogas e prostituição, sentimento de culpa e solidão.</p>
<p>3. A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil (2015)</p> <p>http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622014.0221</p>	<p>Anderson da Silva Rosa e Ana Cristina Passarella Brêtas</p> <p>CAPES</p>	<p>Refletir situações de violência na vida de mulheres em condição de rua na cidade de São Paulo, Brasil</p>	22 mulheres	<p>Método Cartógrafo</p> <p>Tese</p>	<p>A situação de rua para as mulheres foi relacionada a: violências sofridas no contexto doméstico e familiar, a renda insuficiente para garantir o próprio sustento e o dos filhos, e a ruptura</p>

					dos vínculos sociais.
<p>4. Gênero, violência e viver na rua: vivências de mulheres que fazem uso problemático de drogas (2016)</p> <p>Fonte: https://dx.doi.org/10.1590/1983-1447.2016.03.59876</p>	<p>Márcia Rebeca Rocha de Souza, Jeane Freitas de Oliveira, Mariana Cavalcante Guedes Chagas, Evanilda Souza de Santana Carvalho</p> <p>CAPES</p>	<p>Descrever vivências de mulheres que usam drogas no seu contexto de vida.</p>	7 mulheres	<p>Pesquisa qualitativa por entrevista semiestruturada</p>	<p>Estas mulheres têm trajetórias de vida marcadas por situações de violência no ambiente doméstico, no decorrer da infância, outras afirmaram sofrer agressões na infância e na fase adulta</p>
<p>5. Caracterização dos achados clínicos psicopatológicos de mulheres em situação de rua. (2018)</p> <p>Fonte: https://doi.org/10.20396/revipibic262018667 – UNICAMP - SP</p>	<p>Jéssica Pereira de Oliveira.</p> <p>Google Acadêmico</p>	<p>Levantamento de dados acerca das condições psicopatológicas de mulheres em situação de rua, objetivando desenvolvimento de políticas públicas para esta população</p>	Prontuários de 100 mulheres em situação de rua.	<p>Avaliação de 100 prontuários de mulheres em situação de rua, atendidas pelo “Consultório na Rua” em Campinas-SP</p>	<p>Constatou-se diversos acontecimentos psicossociais vivenciados por mulheres em situação de rua, como: uso de drogas e trajetória progressiva de violência.</p>
<p>6. Características sociodemográficas de e vulnerabilidade da mulher em situação de rua em contrair IST/AIDS. (2018)</p> <p>Fonte: http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/16934 CDD 616.951</p>	<p>Josefa Cláudia Borges de Lima</p> <p>Google Acadêmico</p>	<p>Compreender a relação entre a situação de rua na vida das mulheres e a exposição a IST/AIDS</p>	7 mulheres	<p>Pesquisa exploratória qualitativa</p>	<p>Observou-se que estas mulheres não possuem vínculo com familiares. Fazem uso de drogas. Enfrentam condições de violência física e sexual. Vivem de prostituição e praticam sexo de risco sem o uso de proteção.</p>

No estudo de Machado (2016), com o objetivo de obter conhecimento acerca dos sentidos apontados por mulheres usuárias de drogas, que vivem ou viveram em situação de rua, e suas experiências nessa condição, utilizou-se de entrevistas semiestruturadas em pesquisa de natureza qualitativa para compreensão de fenômenos sociais. A pesquisa foi realizada no município de Aparecida de Goiânia-Go, com três mulheres que se declararam de cor parda, com idades de 22, 30 e 41 anos, sendo que destas, duas (solteiras) se encontravam em situação de rua, e a terceira (em união estável), havia saído das ruas há dois anos.

Machado (2016) conclui em sua pesquisa que, mulheres vivendo nessa condição, são mais negligenciadas com relação aos seus direitos e estão mais vulneráveis a diversos tipos de violência. Com relação a abusos, as participantes relataram ter sofrido agressões no núcleo familiar, durante os períodos da infância e adolescência. As violências domésticas sofridas pelas entrevistadas, foram praticadas pelo pai, irmão, ex-marido e atual companheiro. O histórico de uso de drogas indica associação com negligência emocional, agressões físicas e sexuais e relação familiar conflituosa.

A pesquisa realizada no município de Juiz de Fora-MG, por Biscotto (2015), em uma amostra composta por 10 (dez) mulheres, apresenta o objetivo: compreender a experiência de mulheres que vivem em situação de rua e utilizam o albergue para pernoitar; através de coleta de dados por meio de entrevista fundamentada na metodologia fenomenológica social, de Alfred Schütz.

As perguntas utilizadas englobam os dados sociodemográficos e questões norteadoras, como: “como é para você viver em situação de rua? ”; “o que faz buscar o albergue para pernoitar? ”, “além do albergue, a quem você recorre para ajudá-la? ”; “quais as suas expectativas, considerando que você está vivendo em situação de rua? ”; "motivos que as levou para as ruas e tempo que estão nesta condição?". O perfil das entrevistadas é representado na Tabela 2.

Tabela 2. Descrição do perfil da amostra – (Biscotto, 2015)

Participantes/ idade/cor	Naturalidade	Escolaridade	Número de filhos	Fonte de renda	Motivo p/ viver na rua	Tempo de vida na rua	Contato com familiar
1. 46 Parda	Torrões-MG	1º Ano Ens. Fund. I.	1 filha	Esmola e prostituição	Conflito familiar	Desde os 12 anos de idade	Esporádico com os pais e irmãos.
2. 22 Preta	Guarani-MG	Ens. Médio Completo	S/filhos	Esmola	Conflito familiar	5 meses	Não tem contato
3. 24 Parda	Bicas-MG	Ens. Fund. II Completo	4 filhos	Tráfico de drogas e bolsa família	Conflito familiar e uso de drogas	6 anos	Com a mãe e com o filho mais velho
4. 35 Parda	Visconde do Rio Branco- MG	4º Ano do Ens. Fund. I	3 filhos	Esmola	Conflito familiar e uso de drogas	2 anos	Com a avó e os filhos
5. 22 Presta	Juiz de Fora- MG	4º Ano do Ens. Fund. I	4 filhas	Reciclagem	Conflito familiar e uso de drogas	5 anos	Com a mãe e com as filhas

6.	26 anos.	Juiz de Fora-MG	3º Ano do Ens. Médio	S/ filhos	Reciclagem	Conflito familiar e uso de drogas	2 anos e meio	Com a mãe e irmãos
7.	27 anos.	Curitiba-PR	Ens. Sup. Completo. <i>Ciências Biológicas e Agroecologia</i>	S/ filhos	Malabares no semáforo e esmolos	Busca por liberdade	1 ano e meio	Com os pais
8.	27 anos.	São Paulo-SP	Ens. Fund. II Completo	2 filhos	Tráfico de drogas e furtos	Conflito familiar	6 anos	Com a mãe e com os filhos
9.	44 anos.	Juiz de Fora-MG	Ens. Fund. I Completo	1 filho	Reciclagem e faxina	Conflito familiar e abuso sexual praticado pelo irmão	10 anos	Não tem contato com a família
10.	22 anos.	Juiz de Fora-MG	7º Ano do Ens. Fund. II	1 filho (Levado para adoção)	Prostituição	Morou em instituições desde os 13 anos de idade	4 anos	Esporádico com a mãe

Biscotto (2015) constatou que a busca pela vivência nas ruas por essas mulheres, sobretudo, está associada a conflitos familiares, envolvendo a ausência de afeto, negligência, violência sexual e agressões físicas praticadas pelos progenitores. Um dos fatores para essa desarmonia no ambiente doméstico foi apontado como o uso de bebidas alcoólicas pelos familiares.

Com objetivo de refletir a violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Rosa e Brêtas (2015), sobre o estudo desenvolvido por meio de pesquisa de método cartográfico, em entrevista com 22 mulheres (entre 24 e 41 anos) em situação de rua e pernoitando em albergue, constataram que a condição de rua dessas sujeitas está relacionada a agressividade dentro do âmbito doméstico/familiar e rompimento dos laços sociais.

Rosa e Brêtas (2015) concluíram que estas mulheres experienciam situações de pobreza, agressão, psicopatologias, ausência de afeto, fragilidades nas conexões familiares e sociais e dependência de álcool e outras drogas; sendo que cada participante desse estudo, experimentou pelo menos duas dessas ocorrências.

Na pesquisa qualitativa realizada através de entrevista semiestruturada com sete mulheres (entre 31 e 59 anos) autodeclaradas pardas e negras, matriculadas em um CAPS

de Salvador-BA, com o objetivo de descrever vivências de mulheres que usam drogas no seu contexto de vida, Souza, Oliveira, Chagas e Carvalho (2016) puderam observar que as entrevistadas apresentam narrativas de violência e abandono familiar, sendo para elas, a rua um espaço para se recorrer.

A finalidade dos tóxicos para as moradoras de rua que estão mais vulneráveis à violência, representa um importante fator, especialmente o crack, que foi apontado como a droga de maior uso pela maioria das entrevistadas, pois esta substância deixa o usuário menos temeroso, mais vigilante, retrai o apetite e a necessidade de sono e estimula o indivíduo a agir diante de situações adversas (Souza e col., 2016).

No estudo com objetivo de promover assistência para mulheres em situação de rua, Oliveira (2018) realizou levantamento em 100 (cem) prontuários de mulheres em condição de rua, atendidas pelo consultório na Rua, da cidade de Campinas-SP.

Neste levantamento constatou-se que a média de idade das pacientes corresponde a 38,2 anos. Destas, 11% declararam ser profissionais do sexo; 39% possuem relacionamento estável; 26% afirmaram ter sofrido violência no histórico de vida; 73% sofreram agressão física; 23% foram abusadas sexualmente e 19% sofreram violência verbal. Em 73% dos casos, as agressões partiram dos próprios companheiros; 19,30% foram agredidas por desconhecidos e 7,70% por padrastos. No que se refere ao vício em substâncias psicoativas (SPA), 64% afirmaram fazer uso, sendo as SPAs mais comuns, o álcool e o crack, utilizados por 56% a 58% das pacientes. Com relação a transtornos mentais, 29% dos prontuários demonstravam apontamentos de avaliações pertinentes a psicopatologias (Oliveira, 2018).

Lima (2018), em pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, desenvolvida na cidade de Campina Grande-PB, em uma amostra de sete mulheres em situação de rua, cujo objetivo visa compreender a relação entre a situação de rua na vida das mulheres e a exposição a IST/AIDS, constatou que as entrevistadas possuem idades entre 19 e 44 anos. Destas, 57,14% não dispunham de escolaridade; 28,57% possuem ensino fundamental completo e 14,29% o ensino médio incompleto.

Como as causas motivadoras para morar nas ruas, as entrevistas destacaram as divergências familiares, como agressão física e sexual, prostituição e pobreza. Todas as sujeitas da pesquisa afirmaram sofrer intolerância social e se dizem apontadas como prostitutas e drogadas (Lima, 2018).

7 DISCUSSÃO

Nesta revisão bibliográfica, buscou-se compreender os fatores psicossociais relacionados a vivência de mulheres em situação de rua, descritos na literatura brasileira. Evidenciou-se que os motivos que permeiam a busca e a permanência do público feminino para a situação de rua, envolvem fatores diversos, no entanto, os estudos pesquisados apontam que essas mulheres, sobretudo, experienciaram em alguma fase da vida, conflitos familiares, que em determinada situação, desencadearam na segregação familiar.

Se tratando das causas motivadoras que contribuíram para a vivência das mulheres em situação de rua, Oliveira (2018) e Rosa e Brêtas (2015), dentre outros achados, apontam para a presença de agravante psicopatológico entre o grupo ora investigado em seus levantamentos. Tais comprometimentos podem estar associados a outras condições experienciadas por essas mulheres, como por exemplo, o consumo de substâncias psicoativas.

Machado (2016), Biscotto (2015), Rosa e Brêtas (2015), Souza e col. (2016), Oliveira (2018) e Lima (2018) puderam constatar em suas respectivas pesquisas, no que diz respeito aos aspectos influenciadores da busca de mulheres pela vida em situação de rua, que em comum, esta população tem uma história pregressa permeada de violência de modalidades diversas, dentro do ambiente familiar, praticada principalmente pelo pai, irmão, padrasto e ex-maridos; sendo estes desarranjos e conflitos domésticos, apontados como as principais causas da vida em contexto de rua.

O histórico de agressões domésticas experienciadas por esse grupo, envolve violência física, sexual, emocional, negligência e abandono. No entanto, viver nas ruas coloca essas mulheres em situações constantes de vulnerabilidade e riscos. Nessa condição, esse grupo experiencia ataques e ameaças, tanto por seus pares como por estranhos, policiais e violência de natureza higienista (Machado, 2016; Biscotto, 2015; Rosa & Brêtas, 2015).

Outro dado relevante sobre fatores psicossociais apontado pelos estudos, refere-se ao uso de álcool e outras drogas. Souza e col. (2016); Rosa e Brêtas (2015) e Oliveira, (2018) chamam a atenção para o alcoolismo e uso de crack entre as "moradoras de rua", tendo essas drogas, funcionalidade na vida dessas mulheres. Para Souza e col. (2016), o crack faz com que o usuário fique mais encorajado diante de situações de risco e mais

atento, diminui o apetite e a necessidade de sono e estimula o indivíduo a agir diante do perigo.

Dentro do perfil apresentado nos grupos pesquisados, a maioria trata-se de mulheres autodeclaradas de cor parda e/ou negra, com faixa etária entre 19 e 59 anos e com baixa escolaridade. Como meio de sobrevivência, muitas vezes, a mulher em situação de rua recorre a prostituição para se manter e para sustentar o vício em drogas (Biscotto, 2015; Rosa & Brêtas, 2015; Souza e col., 2016; Oliveira, 2018; Lima, 2018).

Para Machado (2016) e Lima (2018), em situação de rua, as mulheres são negligenciadas com relação aos seus direitos e informações quanto aos cuidados com a saúde, o que dificulta o desenvolvimento de autonomia e a melhora na qualidade de vida dessas sujeitas.

Devido a vulnerabilidade social e maior fragilidade, viver em situação de rua se torna muito mais desafiador para a mulher, por ser este um espaço predominantemente masculino, e por questões de poder e segregação da mulher ao longo da história (Machado, 2016; Rosa & Brêtas, 2015; Biscotto, 2015).

Com relação as dificuldades em sair do contexto de rua, pode-se apontar o consumo abusivo de drogas, a segregação social e a ruptura dos vínculos familiares (Rosa & Brêtas, 2015; Biscotto, 2015; Machado, 2016).

Sendo assim, pode-se constatar que as pesquisas apontam que essa população apresenta fatores motivadores para a vivência em situação de rua, que vão além da falta de moradia convencional, mas, que expressa ainda, a fragilidade nas relações familiares dessas mulheres com vidas marcadas por: violência doméstica; abandono e negligência emocional; desamparo quanto aos direitos civis; discriminação e estigma social; vulnerabilidade a abuso físico e/ou psicológico e sexual; uso de drogas e prostituição.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, pode-se constatar que as configurações sociais sobre o papel da mulher passam por múltiplas transformações, dentre estas, a ocupação da figura feminina em espaços que antes eram ocupados apenas por homens. Essas ocupações não estão voltadas somente para questões políticas e profissionais, tais transformações podem ser vistas em diversos setores, inclusive, no modo de se relacionar e fazer escolhas.

A mulher em situação de rua é um exemplo de mudança no comportamento feminino, que pode ser facilmente constatado através de observações nos grandes centros

urbanos. Esta condição é ainda mais desafiadora para a mulher do que para o homem, uma vez que envolve enfrentar as questões relacionadas com o próprio corpo, como menstruar, ficar grávida e maior exposição a violência física e sexual.

Essa maior vulnerabilidade da mulher à violência, aponta para uma construção histórica hierárquica de segregação de gênero, originada na cultura machista dominante, em que a mulher ocupa posição de inferioridade. O abarcamento sociocultural não se desprende da formatação do papel da mulher, o que a faz ser subjugada dentro do âmbito familiar e até mesmo nas ruas.

No Brasil, a exclusão da mulher tem origem histórica referente ao período da colonização, em que o homem, principalmente na condição de pai e marido, desempenhava o papel de autoridade, cabendo a mulher apenas acatar as decisões a ela imposta. Na atualidade, o domínio masculino ainda é bastante presente na sociedade brasileira, e, no contexto de rua, a mulher constitui a expressão máxima desse processo de segregação social.

Verificou-se que há escassez de publicações sobre esse tema, o que oferece implicações para a compreensão do fenômeno proposto nessa pesquisa. Estudar a população de rua de forma generalizada, pode acarretar desprezar as particularidades apresentadas pela população feminina em situação de rua, já que esta apresenta demandas específicas.

Para a criação de políticas públicas efetivas, torna-se necessário o desenvolvimento de pesquisas que compreendam as especificidades da população de rua, no entanto, com base no entendimento do que representa ser mulher em situação de rua, não pode ser equiparada a condição masculina nesse mesmo contexto.

Dentre os fatores psicossociais relacionados à mulher em situação de rua, este estudo demonstra que esse grupo possui uma vida marcada por conflitos e violência familiares, que envolvem agressões físicas, sexuais, psicológica e emocionais, praticadas pelos progenitores, companheiros, irmãos e padrastos. Estes abusos, frequentemente estão relacionados ao uso de álcool e outras drogas, e partem principalmente de homens.

Ao recorrer à vida nas ruas, o que também se caracteriza como uma violação dos direitos civis, pois tal condição não dispõe de segurança, higiene, privacidade, conforto, liberdade, lazer, educação e outros cuidados necessários para a qualidade de vida humana, a mulher está inserida em situações de riscos constantes, como a exposição a diversas modalidades de violência, prostituição, tráfico/uso de drogas, negligência, preconceito e etc.

Fica evidente que a violência contra a mulher, praticada principalmente no ambiente doméstico, é algo muito presente na sociedade, o que pode ter origem na representação da figura feminina no contexto sociocultural ao longo da história. Nas ruas, as mulheres não ficam imunes a diversidade de violência, ao contrário, está altamente exposta. No entanto, o que pode ser compreendido nesses estudos, é que as agressões sofridas no núcleo familiar, tornam-se menos suportáveis para essas mulheres, do que as sofridas nas ruas.

O lar, a família, para muitos, representam lugar de abrigo, de conforto e de segurança, mas para a mulher em situação de rua, isso não ocorre dessa maneira, pois muitas vezes, tal ambiente representa local de hostilidade, sofrimento, revolta e medo. Essa reflexão faz-se pensar em leis efetivas que aparem a mulher.

Embora exista a Lei Maria da Penha, que deu nome à Lei nº 11.340/2006, porque ela sofreu por mais de duas décadas, violência doméstica praticada pelo cônjuge, o que a sociedade presencia, é a necessidade de maior efetivação desta Lei, para garantir a mulher o direito a integridade física e psicoemocional, dentro de seus lares e da sociedade de modo geral.

Tendo a psicologia social como um dos principais objetivos estudar o ser humano, compreende-se a necessidade de obter conhecimentos que são inerentes ao homem e ao meio que o cerca. Visto que a PSR pertence a uma classe estigmatizada e subjugada, na qual se encontram pessoas socialmente vulneráveis, torna-se fundamental o interesse da psicologia e do profissional, debater sobre o tema, a fim de compreender o fenômeno e contribuir para o desenvolvimento de ações que priorizem agregar essa a comunidade, quanto aos seus valores humano, dentro dos contextos biopsicossociais, embasados pelo Código de Ética do Psicólogo, que tem como principal diretriz, a promoção da dignidade, saúde e bem-estar humano.

Diante das buscas sobre o tema: “mulheres em situação de rua” e a escassez de materiais produzidos e publicados, compreende-se a importância de aprimoração das pesquisas voltadas para essa comunidade, no sentido de promover a esse público, oportunidades de ser ouvido dentro de suas especificidades, no intuito de colaborar com o desenvolvimento da autonomia e reestruturação da identidade social dessas sujeitas, e para a criação de políticas públicas, com intervenções multidisciplinar.

REFERÊNCIAS

- Aristides, J. L., & Lima, J. V. C. de. (2009). *Processo saúde-doença da população em situação de rua*. *Revista Espaço para a Saúde*, 10(2). Recuperado de: <http://www.ccs.uel.br/espacoparasaude/v10n2/Artigo7.pdf>.
- Ataides, C. P. (2018). *Fatores de risco e proteção para a situação de rua*. Dissertação de Mestrado de Pós-Graduação *Strict Sensu* em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Goiânia, Goiás.
- Barbosa, J. C. G. (2018). *Implementação das políticas públicas voltadas para a população em situação de rua: desafios e aprendizados*. Dissertação (mestrado) – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento, área de concentração em Economia. Recuperado de: http://www.mestradoprofissional.gov.br/sites/images/mestrado/turma2/jose_carlos_gomes_barbosa.pdf
- Barsted, L. L., Pitanguy, J. (2011). *O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010*. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres.
- Brasil. (2008). Governo Federal. *Sumário Executivo: Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua*. Brasília (DF): MS.
- Brasil. (2009). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua*. – Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, Recuperado de: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf
- Brasil. (2010). Ministério dos Direitos Humanos. *População em Situação de Rua*. Recuperado de: <http://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/populacao-em-situacao-de-rua>
- Brasil. (2012). Ministério da Saúde. *Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica Manual sobre o cuidado à saúde junto à população em situação de rua*. Brasília-DF: MS. p 16. Recuperado de: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/manual_cuidado_populacao_ua.pdf
- Brasil. (2014). Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa Coordenação Geral de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Brasília Recuperado de: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_populacao_situacao_ua.pdf
- Biscotto, P.R. (2015). *Viver em situação de rua: experiência de mulheres que utilizam o albergue para pernoitar*. Dissertação de Mestrado, Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo. Doi: 10.11606/D.7.2017.tde-08052017-094246. Recuperado em 2019-04-06, de www.teses.usp.br

- Bursztyn, M. (2003). Introdução. In Bursztyn, M. (Org.). *No meio da Rua: nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Cesaro & Schons (2009). *Segregação e Silenciamento em Discursos sobre a Mulher*. Recuperado de:
http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao14/art_ic_04_ed14.pdf
- Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais - CRP-MG (2015). *A psicologia e a população em situação de rua: novas propostas, velho desafio*. Organizador -- Belo Horizonte: CRP 04, 2015. p 7. Recuperado de:
<https://redeassocialpg.files.wordpress.com/2016/01/a-psicologia-e-a-populac3a7c3a3o-de-rua.pdf>
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Recuperado de:
http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_populacao_situacao_rua.pdf
- Costa, A. P. M. (2005). *População em situação de rua: contextualização e caracterização*. Textos & Contextos – PUC, 4 (1), 1-15. Recuperado de:
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/993/773>.
- Decreto n. 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Recuperado de:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm
- Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina Coordenação de Políticas de – DENEM (2017). Saúde: Luís Eduardo Moreira Martins. *Saúde da População em Situação de Rua*.
- Ferreira, F. P. M. (2005). *População em situação de rua, vidas privadas em espaços públicos: o caso de Belo Horizonte 1998- 2005*. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais. Recuperado de:
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psilat/n24/a08.pdf>
- Governo Federal. *Coordenação-Geral dos Direitos da População em Situação de Rua*. Secretaria de Direitos Humanos. Brasil. Recuperado de:
<http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/763/9/8-%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20Situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Rua-Carlos%20Ricardo%20-%20202.pdf>
- IPEA– Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2016). TD 2246 - *Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil*. Recuperado de:
http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=28819
- Jorge, Jorgina Sales, & Corradi-Webster, Clarissa Mendonça. (2012). *Consultório de Rua: Contribuições e Desafios de uma Prática em Construção*. Saúde & Transformação Social, 3(1), 39-48. Recuperado em 04 de abril de 2019, de
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-70852012000100007&lng=pt&tlng=pt

- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. 5 ed. Editora Atlas, São Paulo.
- Lane, S. T. M., & Bock, A. M. B. (2003). *Uma história da Psicologia Social enquanto prática*. In: *Psicologia Social: relatos na América Latina*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Lima, J. C. B. de. (2018). *Características sócio demográficas e vulnerabilidade da mulher em situação de rua em contrair IST/AIDS*. 51f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande.
- Machado, M. G. G. D. (2016). *Mulheres no contexto da rua: a questão do gênero, uso de drogas e a violência*. 2016. 195 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- Magalhães, T. A. L. (1980). *O Papel da mulher na sociedade*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Recuperado de <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66895/69505>
- Martini, T. M. e Souza, F. (2015). *Mulher do Século XXI: Conquistas e desafios do lar ao lar*. Recuperado de: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Mary-Terezinha-Martini.pdf>
- Número de pessoas em situação de rua aumenta mais de 150% em 3 anos no Rio*. Recuperado de: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-06/numero-de-pessoas-em-situacao-de-rua-aumenta-mais-de-150-em-3-anos-no-rio>
- Oliveira, J. P. de, & Oliveira, K. D. (2019). *Caracterização dos achados clínicos psicopatológicos de mulheres em situação de rua em Campinas-SP*. *Revista Dos Trabalhos De Iniciação Científica Da UNICAMP*, (26). <https://doi.org/10.20396/revpibic262018667>
- Organizações das Nações Unidas. (2015). *Relatório da Relatora Especial sobre moradia adequada como componente do direito a um padrão de vida adequado e sobre o direito a não discriminação neste contexto*. Recuperado de: https://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Relat%C3%B3rio_Popula%C3%A7%C3%A3o-em-situa%C3%A7%C3%A3o-de-rua.pdf
- Rosa, S. A., & Brêtas, P. C. A. (2015). *A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil*. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 19(53), 275-285. Recuperado de: <https://dx.doi.org/10.1590/1807-57622014.0221>
- Santos, V. B. (2014). *Mulheres em vivência de rua e a integralidade no cuidado em saúde*. (Dissertação de Mestrado em Psicologia). Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.
- Silva, G. C. C., Santos, L. M., Teixeira, L. A., Lustosa, M. A., Couto, S.C. R., Vicente, T., & Pagotto, V. P. F. (2005). *A mulher e sua posição na sociedade: da*

antiguidade aos dias atuais. Revista da SBPH, 8(2), 65-76. Recuperado em 23 de março de 2019, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582005000200006&lng=pt&tlng=pt.

Souza, M. R. R., Oliveira, J. F., Chagas, M. C. G., & Carvalho, E. S. S. (2016). *Gênero, violência e viver na rua: vivências de mulheres que fazem uso problemático de drogas*. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 37(3), e59876. Epub November 16, 2016. <https://dx.doi.org/10.1590/1983-1447.2016.03.59876>

Schuch, P. G. I. (2012). *A Situação de rua para além de determinismos: explorações conceituais*. *A Rua em Movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre* In: Dorneles, A.; OBST, Júlia e Silva, Marta (Orgs). 1.ed. Didática Editora do Brasil. Belo Horizonte.